

COMISSÃO DE TRABALHO
REQUERIMENTO Nº ____/2025
(Da Sra. ERIKA HILTON)

Requer a realização de Audiência Pública com o tema “Impactos econômicos do fim da escala 6x1” a ser realizada no âmbito da Subcomissão Especial que debate a PEC 08/2025.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão Especial, para debater o tema “**Impactos econômicos do fim da escala 6x1**”, com os seguintes convidados:

1. **Bárbara Vazquez** - Docente e coordenadora de pós-graduação da Escola Dieese de Ciências do Trabalho;
2. **Ricardo Antunes** - Professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp;
3. **Representante do Observatório do Estado Social Brasileiro** - Instituição não governamental, sem fins lucrativos, disseminadora de



uma metodologia padronizada para a criação e atuação de uma rede de organizações democráticas e apartidárias do terceiro setor;

4. **Clara Marinho** - Servidora pública é nomeada uma das pessoas negras mais influentes do mundo. Especializada em contas públicas e servidora do Ministério do Planejamento e Orçamento;

JUSTIFICATIVA

A Comissão Especial que se “*Destinada a debater e apresentar sugestões à PEC 8/25, que acaba com a escala de trabalho 6x1*”, trará importantes subsídios para o avanço na redução da jornada de trabalho no Brasil. Dentre as principais discussões sobre o fim da escala 6x1 estão suas consequências para a economia do país, debate que precisa ser guiado por argumentos devidamente embasados na ciência.

O fim da escala 6x1 é a oportunidade histórica de garantir mais dias de descanso diante do avanço do capital sobre o tempo disponível dos trabalhadores. A construção de narrativas falaciosas como a elaborada pela Fiemg (Federação das Indústrias de Minas Gerais), que alega uma suposta queda de 16% no PIB, assim como queda na produtividade do trabalho e o encarecimento dos bens e serviços finais tem um único objetivo: desmobilizar e subordinar a classe trabalhadora às demandas dos patrões.

O documento “*O Brasil está pronto para trabalhar menos. A PEC da redução da jornada e o fim da escala 6x1*”¹, elaborado em parceria com o Centro De Estudos Sindicais e Economia Do Trabalho (CESIT/IE/UNICAMP), nos aponta que as consequências da redução da

1 O Brasil está pronto para trabalhar menos. A PEC da redução da jornada e o fim da escala 6x1. <<https://transformaeconomia.org/wp-content/uploads/2025/04/NT13-PT.pdf>> Acesso em 01/09/2025



jornada são mais complexas do que um simples encadeamento lógico. Em entrevista, Marilane Teixeira, economista que participou do estudo, explica que a redução sem alteração salarial não acarreta em perdas para as empresas contratantes, já que o aumento da produtividade e do consumo amortecem os custos, absorvendo a redução. Assim, as novas contratações geradas pelo fim da escala 6x1 devem ser vistas não como um aumento de custos para os empregadores, mas sim como oportunidade para fortalecer a participação da renda do trabalho no montante da renda nacional.

No Brasil, a última redução da jornada de trabalho ocorreu, quase 40 anos atrás, na Constituição de 1988. Mesmo assim, de acordo com dados da PNAD Contínua, citados no estudo trazido anteriormente, estima-se que 20,88 milhões de brasileiros estão em sobrejornada, ou seja, trabalham mais do que as horas permitidas por lei. Assim, a redução da jornada de trabalho oferece aos trabalhadores o controle do seu tempo e da sua vida, sendo uma medida de combate ao quadro de “pobreza de tempo” observado em todo o país.

No cenário de fim da escala 6x1, diante da necessidade de novas contratações pelas empresas, o número de horas trabalhadas tenderá a crescer devido os novos turnos necessários para realocar os funcionários em escalas de trabalho legais. Ao mesmo passo em que o PIB responderá aos novos incentivos de demanda, teremos mais trabalhadores empregados e mais trabalhadores com tempo disponível para atividades de lazer e consumo, o que gera o efeito multiplicador, convertendo esses ganhos em aumento do PIB.

Além disso, novas contratações levarão à necessidade de absorção de mão de obra pelo setor formal, o que é um excelente oportunidade de



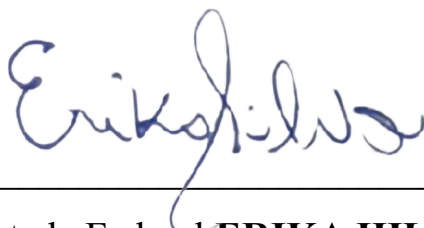
formalização da economia - sobretudo quando considerado que, atualmente, 38% da força de trabalho está na informalidade, segundo o IBGE².

Portanto, é de suma importância que as falácias argumentativas que se voltam para barrar a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro sejam enfrentadas no debate público. A redução da jornada de trabalho é uma pauta histórica da classe trabalhadora e deverá ser defendida por todos aqueles cujo objetivo é promover equidade e justiça social.

Em vista do exposto, submeto o presente requerimento à apreciação do Plenário desta Subcomissão.

Em vista do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento de Audiência Pública.

Sala da Comissão, em 01 de setembro de 2025.



Deputada Federal **ERIKA HILTON**
(PSOL/SP)

2 PNAD Contínua Trimestral: desocupação cresce em 12 das 27 UFs no primeiro trimestre de 2025. <[!\[\]\(f5038758069c4d4e5b52cc9482ff063d_img.jpg\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/43421-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-12-das-27-ufs-no-primeiro-trimestre-de-2025#:~:text=A%20taxa%20de%20informalidade%20para,habitual%20foi%20de%20R%24%203.410.> Acesso em 01/09/2025</p></div><div data-bbox=)

